



AERONAUTAS

Categoria está em greve por tempo indeterminado e primeiros impactos puderam ser observados, com saídas fora do horário previsto e cancelamentos. Movimento pode prejudicar partidas pela proximidade do Natal

Dia de protestos e atrasos nos voos

» JESSICA ANDRADE
» RAFAEL PATI*

Pilotos e comissários de bordo iniciaram, ontem, uma greve por tempo indeterminado para reivindicar reajustes salariais acima da inflação e melhores condições de trabalho. Houve manifestações em alguns aeroportos — como em Guarulhos (SP) — e o efeito do movimento dos aeronautas foi o de atraso de voos e impacto no embarque de passageiros.

No Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília, um voo que sairia às 6h35 foi remarcado para as 14h, enquanto filas se formavam no saguão junto ao balcão das empresas. A Inframérica, concessionária que administra o complexo, informou que das 6h até as 17h, 24 voos domésticos partindo da capital sofreram atrasos acima de 15 minutos. Outros 20 voos chegaram com atraso e três foram cancelados.

Em Congonhas (SP) 16 voos atrasaram e, em Guarulhos, a GRU Airport — concessionária que administra o aeroporto — informou que 21 saídas operaram com atraso, mas nenhuma foi cancelada. No Rio de Janeiro, no Santos Dumont dois voos foram cancelados e cinco estavam atrasados por volta das 7h50. Nos demais estados, não houve registros de atrasos.

A paralisação é organizada pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), que reivindica melhores condições de trabalho, recomposição das perdas inflacionárias, renovação da convenção coletiva de trabalho, definição dos horários de início de folgas e cumprimento dos limites já existentes do tempo em solo entre etapas de voos. Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), a paralisação vai continuar ao longo desta semana e pode impactar as chegadas e saídas do Natal.

“Os tripulantes têm um pedido justo e razoável: aumentos

Estação Conteúdo



Em Congonhas, pilotos e comissários reivindicam melhoria salarial e de condições de trabalho. Paralisação afetou tráfego aéreo país

salariais e valorização dos seus repousos, dos seus descansos e das suas folgas. Algo que é compreensível por toda a sociedade”, disse o presidente do SNA, Henrique Hacklaender.

As manifestações dos aeronautas devem continuar ao menos em nove terminais, que incluem São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília e Fortaleza, das 6h às 8h. No sábado, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou a manutenção de 90% dos aeronautas em serviço durante o período da paralisação comunicada

pelo SNAE, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200 mil.

A greve foi anunciada na última quinta-feira, em assembleia de pilotos e comissários de voo, e foi convocada por tempo indeterminado devido às dificuldades nas negociações da renovação da convenção coletiva de trabalho.

Companhias

Ao *Correio*, a Latam confirmou os atrasos na operação por conta da paralisação na manhã de ontem, mas garantiu que boa parte dos voos encontra-se

normal, com apenas alguns impactos pontuais. A companhia pede para que os passageiros verifiquem o status da saída no site da empresa e afirma que continua em negociação com o Sindicato dos Aeronautas.

“Os passageiros com voos afetados pela greve poderão remarcar gratuitamente os seus voos ou, em caso de desistência, solicitar o reembolso dos seus bilhetes. Em paralelo, passageiros afetados por atrasos receberão toda assistência material prevista pela legislação em vigor”, diz a Latam, em nota.

A Gol informou que nenhum voo foi cancelado e apenas uns poucos sofreram atrasos. “Todos os esforços estão sendo empregados em tratar as contingências com nossos clientes, minimizando muito os impactos”, afirmou, também em nota. A companhia pede que os passageiros confirmem o status dos voos no site da empresa.

Já a Azul Linhas Aéreas Brasileiras não quis comentar a paralisação dos aeronautas.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

VIOLÊNCIA

Brennand é denunciado por estupro e vira réu pela 6ª vez

O empresário Thiago Brennand Fernandes Vieira, que está no exterior e já teve sua extradição pedida pela Justiça, tornou-se réu em mais um processo em que é acusado de crimes sexuais. Na última sexta-feira, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) acatou denúncia oferecida pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) em que ele é acusado de ter estuprado a estudante de Medicina e ex-miss São Paulo Stefanie Cohen. Esta é a sexta vez em que ele se torna réu na Justiça paulista. Em dois casos, foram expedidos mandados de prisão contra ele.

No caso de Stefanie, a Justiça acatou também as denúncias pelos crimes de registro não autorizado da intimidade sexual e constrangimento ilegal. Conforme o TJ-SP, a Justiça brasileira aguarda o processamento de um pedido de extradição feito ao governo dos Emirados Árabes, país onde Brennand está em liberdade provisória. Ele foi

preso pela Interpol em outubro, em Abu Dabi, mas foi libertado após pagamento de fiança. O empresário não pode mudar de endereço e é obrigado a comparecer às audiências determinadas pela Justiça.

Terror

A estudante de Medicina conheceu Brennand em outubro de 2021, quando comemorava a vitória no concurso Miss São Paulo de las Américas. Convidada para jantar, ela acha que foi dopada durante o encontro, pois começou a passar mal. Alegando o intuito de socorrer a jovem, ele a levou para um hotel. Stefanie disse que foi forçada, de forma violenta, a manter relações sexuais com o empresário.

Na manhã seguinte, após Brennand ter saído do quarto, ela tentou fugir, mas, ao abrir a porta, se deparou com um segurança armado. Mais tarde, o agressor passou a depreciar os

Reprodução/Redes sociais



Brennand ostenta nas redes o alto padrão de vida de que desfruta

atributos físicos de Stefanie e recomendando um cirurgião plástico. Quando conseguiu ir para casa, fingindo que estava tudo bem e que voltaria a se encontrar com ele, o agressor enviou vídeos íntimos feitos enquanto ela dormia.

Em outro processo, Brennand se tornou réu por ter violentado

uma mulher norte-americana. Conforme o MP, o empresário filmou a vítima durante os atos sexuais e ameaçou divulgar os vídeos, prática denominada “revenge porn” (pornografia da vingança). Ele também foi acusado de estupro e mandar tatuar suas iniciais no corpo de outra

mulher — também mantida em cárcere privado. Ao menos 10 vítimas ouvidas pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência do MP-SP relataram abusos cometidos pelo empresário.

Os casos vieram à tona depois que Brennand foi flagrado por câmeras agredindo a empresária e modelo Helena Gomes na academia de um shopping, em São Paulo. Ele instigou o filho menor de idade a proferir agressões verbais contra a mulher e por isso, além das agressões, ele foi denunciado também por corrupção de menores.

Em outros dois casos, Brennand foi denunciado pela Justiça de Porto Feliz (SP) por agressão e ofensas contra funcionários do condomínio onde morava. As vítimas são o garçom Vitor Igor Rodrigues Machado e o caseiro Agostinho Rodrigues da Silva. Ele é processado também pela advogada e ex-promotora de Justiça Gabriela Manssur por injúria, calúnia e difamação.

Procurado, o escritório HSLaw Hasson Sayeg, Novaes e Venturole Advogados, que defende o empresário, informou que não se manifestaria.

SIGILO

CGU faz 2 pareceres da vacinação de Bolsonaro

A menos de 15 dias do fim do governo de Jair Bolsonaro (PL), a Controladoria-Geral da União (CGU) produziu dois pareceres sobre um pedido de acesso ao cartão de vacinação do presidente da República. As minutas apontam para direções contrárias: uma nega o pedido; a outra, concede. O procedimento nunca foi adotado na CGU e ocorre em meio a disputas internas pelo preenchimento de cargos de comando no novo governo.

A decisão sobre atender o pedido apresentado por uma cidadã é da Ouvidoria-Geral da CGU. O setor é o ponto nevrálgico no processamento dos pedidos de informação apresentados ao governo federal. Tem o poder de determinar a entrega de documentos quando o ministério a quem o pedido foi direcionado não quer liberar. O pedido de acesso ao cartão de vacinação de Bolsonaro foi apresentado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que negou a demanda, alegando que se tratava de uma informação pessoal.

Em 2021, caso semelhante chegou à CGU e foi negado com imposição de sigilo de 100 anos sob o argumento de que a Lei de Acesso à Informação (LAI) garante a proteção a dados relativos à vida privada. Bolsonaro passou a pandemia de covid-19 colocando em dúvida a eficácia das vacinas e jamais disse se tinha tomado o imunizante — dizia apenas ter “tomado” o melhor de todos, pois fora infectado pela covid-19.

Após o pedido de acesso ao cartão de vacina do presidente ser negado pela Secretaria-Geral da Presidência, a autora do requerimento recorreu à CGU. Segundo a LAI, a Controladoria é a instância de apelação. Desde o dia 15 de setembro, a pessoa vinha insistindo que a informação deveria ser liberada porque o próprio Bolsonaro tinha feito uma “live” dizendo que não tinha problema: “Já falei para a minha assessoria quem quiser meu cartão de vacina, pode mostrar”, afirmou na transmissão via rede social.

Esclarecimentos

Antes de decidir, a CGU pediu esclarecimentos ao Planalto. O Gabinete Pessoal do presidente alegou que não havia consentimento expresso de Bolsonaro para liberar a informação, nem tinha condição de consultá-lo, insistindo que o pedido envolvia um dado pessoal, protegido por lei.

Segundo as decisões mais recentes da CGU, a analista responsável pelo caso elaborou, então, um parecer negando o acesso. Na reta final da gestão Bolsonaro, a chefe da Ouvidoria sugeriu que o pedido poderia ter outra conclusão: ser atendido se o presidente concordasse em liberar seu cartão de vacinação. Um segundo parecer foi, então, produzido. Os dois textos estão sob a forma de minutas, esperando decisão.

Se negar o pedido, a CGU apenas estaria aplicando a regra da gestão Bolsonaro de dar preferência ao sigilo sobre a transparência em casos relacionados a informação pessoal. Já se optar pela liberação, quem assinar o ato na Controladoria mandaria um recado para a futura administração petista de que está mais alinhado com a publicação de informações, ainda que isso tenha ocorrido apenas nas duas últimas semanas do fim do governo. O cargo de ouvidor-geral na CGU está vago.